



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638943 - SP (2021/0003756-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : MARCELO PEDRO DE SOUZA  
**ADVOGADO** : MARCELO PEDRO DE SOUZA - SP365259  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JULIO CESAR VIEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIO CESAR VIEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2242521-44.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente no dia 02/09/2020, pelo cometimento, em tese, dos crimes tipificados nos arts. 157, § 3º, c/c art. 14, inciso II, em concurso com o art. 157, § 2º, inciso II, c/c §2º-A, inciso I, por 4 (quatro) vezes, na forma do art. 70, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta ilegalidade do reconhecimento pessoal do paciente, não preenchimento dos requisitos para decretação da prisão preventiva e nulidade dos reconhecimentos fotográficos em nível administrativo.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva, ou concessão de liberdade provisória com ou sem medidas cautelares, inclusive a prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente